

# TRABALHO E CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NO MEIO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS DE 1960-2004.

Alzirene de Vasconcelos Milhomem<sup>1</sup>

## RESUMO

O agronegócio brasileiro, nas últimas décadas, cresceu com um novo padrão baseado nas atividades intensivas - com aumento dos rendimentos físicos e na diversificação da pauta de exportações. Dentre as funções clássicas do setor agrícola destaca-se importante efeito social do setor, ao contribuir para a geração de mão-de-obra, no campo e nas cidades. A modernização do setor agrícola, em Goiás, provocou mudanças profundas no trabalho agrícola, alterando o perfil exigido do trabalhador, modificando radicalmente o padrão de sazonalidade da demanda por trabalho e renda na agricultura goiana. O objetivo deste trabalho foi descrever o contexto sócio-econômico e a distribuição de renda na agricultura de Goiás, de 1960 a 2004, e avaliar a importância relativa de alguns condicionantes da renda das pessoas ocupadas na agricultura. Procurou-se, também, mostrar a extensão da pobreza na agricultura em Goiás, utilizando como limitante de renda até um salário mínimo. Para tanto será usado como instrumento de abordagem, principalmente, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e os Censos Agrícolas do IBGE do mesmo período. Conclui-se que no Estado de Goiás a modernização da agricultura e o processo de produção voltado para a exportação vieram associados ao aumento de concentração de renda, com benefícios somente para os detentores dos meios de produção.

**Palavras-chaves:** distribuição de renda, trabalho, agricultura, qualidade de vida, Goiás.

## Abstract

Brazilian agribusiness, in the last decades grew with the new studies based on intensive activities, with the increasing of physical revenues and on the diversification of export list. Among the classical functions of agribusiness sector, the most important effect is on social sector by the contribution for the generation of jobs and income on the fields and towns. The agricultural sector modernization in Goiás, has done fundamental changes on seasonality standard for work and income demand on goiania agriculture. This paper aims to describe the social and economic context and income distribution on Goiás agriculture, from 1960 to 2004, and to avail the relative importance of some conditionings of income of persons occupied on agriculture. It has been shown, also, the poverty extension on Goais agriculture, till the income limits to a minimum wage. To show, also, that will be used as an important instrument of inquire, specially, the National Inquire from Samples on Domiciles (PNAD) and the Agriculture Census from IBGE, for the same period. The conclusion was that in Goiás State the modernization of agriculture and the production process destined to exportation were associated to an increase of income concentration with benefits only for the owners of production instruments.

**Key Words:** Income distribution, work, agriculture, life quality, Goias.

---

<sup>1</sup> Doutora em Agronomia, professora da UEG (Universidade Estadual de Goiás) nos cursos de Economia e Engenharia Agrícola e professora do Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera).

## INTRODUÇÃO

A agropecuária brasileira vem ensaiando nas últimas décadas um novo padrão de crescimento baseado nas atividades intensivas - com aumento de dos rendimentos físicos e na diversificação de sua pauta de exportações.

Dentre as funções clássicas do setor agrícola - fornecimento de produtos para a alimentação e matérias-primas, liberação de mão-de-obra para outros setores, suprimento de capital para investimentos industriais, geração de divisas pela exportação de produtos agrícolas, destaca-se importante efeito social do setor, ao contribuir para a geração de mão-de-obra, no campo e nas cidades (Faria e Teixeira, 1997).

A modernização do setor agrícola, em Goiás, provocou mudanças profundas no trabalho agrícola, mudando o perfil exigido do trabalhador, reduzindo postos de trabalho pela incorporação de tecnologias intensivas em capital, pela adoção da mecanização, em áreas extensivas de produção de grãos, o que modificou radicalmente o padrão de sazonalidade da demanda por força de trabalho na agricultura goiana.

O desenvolvimento recente de Goiás deve ser compreendido dentro do próprio crescimento da região centro-oeste brasileiro, principalmente após as décadas de 50 e 60. Para este desenvolvimento foi fundamental a presença do Estado como definidor de políticas públicas e provedor de fundos necessários para a execução (Cunha, 1994).

O objetivo deste trabalho é descrever o contexto sócio-econômico e a distribuição de renda na agricultura de Goiás, de 1960 a 2004. Como objetivos específicos pretende-se:

- mostrar os impactos tecnológicos e sociais da modernização da agricultura no estado de Goiás;
- avaliar a importância relativa de alguns condicionantes da renda das pessoas ocupadas na agricultura, como a posição na ocupação e a escolaridade;
- mostrar a extensão da pobreza na agricultura em Goiás, limitando-se, às medidas de pobreza diretamente derivadas das informações sobre rendimentos e qualidade de vida das pessoas.

Para tanto será usado como instrumento de abordagem, principalmente, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1990 a 1997. A metodologia constará de uma pesquisa bibliográfica sobre a modernização da agricultura em Goiás e será usado como instrumentos de coleta de dados a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e os Censos Agrícolas, ambos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatístico) de 1960 a 2004. Os dados coletados passarão por uma análise estatística com a finalidade de traçar um perfil sócio-econômico do meio rural no estado de Goiás.

Os dados relativos à modernização da agricultura deverão ser apresentados na forma de indicadores (coeficientes de tecnificação) que mostram as relações técnicas de produção, enfocando as principais culturas e criações, conforme sugeridos por Martine e Garcia (1987) e Aguiar (1986).

Para delinear o que seja pobreza no meio rural será utilizado como referencial utilizado por Pochmann (2003). Onde aplica como linha de pobreza o índice de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo número per capita, pois acredita o autor que este indicador dá uma noção quantitativa da pobreza e da distância relativa entre os cidadãos. Outro fator para a utilização deste referencial seria em função dos dados oferecidos pela PNAD que divide os rendimentos em quantidades de salários mínimos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1 - Aspectos demográficos: população rural x população urbana em Goiás**

O estado de Goiás, de acordo com a última contagem do IBGE (2001), abrigava, em 2000, uma população de 5,003 milhões de pessoas que, distribuídas pelo conjunto, representava uma densidade demográfica de 14,7 pessoas/Km<sup>2</sup>. A taxa geométrica de crescimento anual da população goiana, que foi de 2,89% no período 70/80, decresceu para 2,31% no período 80/91 e praticamente permaneceu a mesma no período 91/96, que foi de 2,36%. A taxa de crescimento da população goiana é quase o dobro da taxa brasileira, que foi de 1,38% ao ano, em 91/96 (UCG 1999).

O processo de urbanização no estado de Goiás vem sendo incrementado consideravelmente ao longo das últimas décadas. Projeções realizadas pelo IBGE (Seplan 1996), indicam que a taxa de urbanização era de 67,3% em 1980, passou para 85,2% em 1995 e 87,9% em 2000, isto é, a taxa de urbanização se encontrará bastante próxima à média nacional de 91,6% para esse mesmo ano. A evolução da população goiana residente por situação de domicílio mostra inversão na década de 80, em termos percentuais da população urbana sobre a rural, em 1970 tinha 58% da população morando no meio rural caindo para 12% em 2000.

### **2 - As transformações da agropecuária goiana**

O processo de transformação do agro brasileiro foi devidamente “destrinchada” por teóricos que trabalhavam com o objeto da economia agrícola e sociologia rural. Nestes termos, diversos aspectos acerca do processo de modernização do agro brasileiro foram tratados, como por exemplo, da industrialização (ou não) da agricultura (Kageyama 1990, Muller 1989, Veiga 1990), dos efeitos sociais da modernização (Graziano da Silva 1982, Martine & Garcia 1987), do papel do Estado na condução deste processo (Delgado 1985, Sorj 1980), e dos resultados em termos de crescimento econômico da produção agropecuária (Rezende 1989, Homem de Mello, 1985).

Na década de 90, os elementos apontados por Salles Filho e Silveira (1991) continuam a balizar a dinâmica do agro brasileiro, na medida em que não há uma mudança na lógica deste processo. Entretanto, afirma Graziano da Silva (1996), os aspectos levantados acerca da transformação nesta década apontam, em conjunto, para transformações significativas, na forma Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 2, nº 1, JAN/JUN-2006.

e nas condições de atuação de vários segmentos do agro brasileiro, que acabam por inaugurar um novo estágio do seu processo de transformação.

Observa-se que ao longo das décadas de 60, 70, 80 e 90, grandes transformações ocorridas no espaço rural goiano de acordo com os dados dos censos agropecuários do IBGE. A área efetivamente utilizada na agropecuária, em termos percentuais, teve pouca alteração, em média utilizou-se pouco mais de 70% da área total. Mas o número de estabelecimentos agropecuários tem diminuído, mesmo considerando a divisão do estado em 1988. No censo agropecuário de 1985, com dados já relativos ao estado dividido, tinha-se cerca de 131 mil estabelecimentos, caindo em 10 anos, pouco mais de 15%, chegando a 1995/96 com 111 mil estabelecimentos, ou seja, 19.574 estabelecimentos desapareceram (IBGE, 1967, 1974, 1979, 1984, 1990 e 1997f).

O grande destaque da evolução agrícola de Goiás está na utilização das terras para pastagens. Em 1970, as terras com pastagens representavam 66,5% da utilização total das terras, subindo para 70,6% em 1995/96. Dentro deste fato está o crescimento vertiginoso das áreas com pastagens artificiais ou cultivadas, que representavam 12,2% da utilização total das terras, em 1970, aumentando para 51,9% em 1995/96. Dando suporte para o estado de Goiás, ser o terceiro maior rebanho bovino e o segundo maior produtor de leite, em 2000 (FAEG, 2000).

Os indicadores agropecuários goiano, expressos na Tabela 1, indicam o alto nível de tecnificação do setor, fruto de políticas direcionadas para o setor. Indicadores como: capacidade de suporte de bovinos uso de fertilizantes e defensivos, o número de trabalhadores por tratores ou área de lavoura por colheitadeira existente e produtividade do trabalho, atestam esse nível.

Em relação aos insumos industriais, o uso de defensivos se mostra bem superior ao uso de fertilizantes. Em 1975, cerca de 30,0% dos estabelecimentos utilizam o combate a pragas e doenças, chegando com dados do censo de 95/96, com pouco mais de 95% dos estabelecimentos com essa utilização (Tabela 1).

Tabela 1. Indicadores Agropecuários do Estado de Goiás em 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

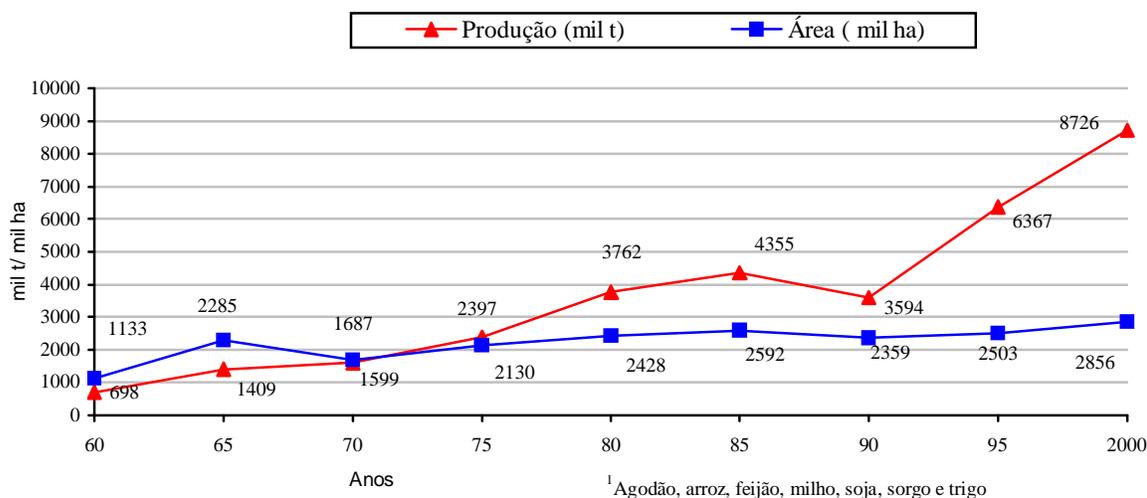
Item/Censo Agropecuário	1970	1975	1980	1985	1995/96
% da área utilizada	71,04	73,56	72,40	79,77	78,55
Área de lavoura/área total (%)	4,57	5,94	6,74	9,80	7,92
Área de pastagem natural/ área total (%)	54,28	50,35	43,00	32,04	18,70
Área de pastagem cultivada/ área total (%)	12,19	17,28	22,66	37,92	51,93
Capacidade suporte (Cabeças Bovino/ha)	0,33	0,44	0,51	0,69	0,85
Uso de fertilizantes (%)	5,63	19,68	36,48	54,57	53,00
Produtividade do Trabalho (DH/ha)	47,0	46,1	44,6	38,6	45,7
Trabalhadores/Trator	96,21	50,46	28,29	18,37	10,88
Hectare de lavoura/Colheitadeira	1.308,8	996,9	951,1	626,5	360,5
Área média por estabelecimento (ha)	246,0	280,9	311,2	227,3	245,7
Uso de defensivos vegetais (%)	nd	30,0	45,8	50,4	95,5

Fonte: Cálculos feitos a partir IBGE (1974, 1979, 1984, 1997e)

nd = não disponível.

Essa modificação qualitativa que transformou a agricultura, também pode ser notada na comparação entre o crescimento da área colhida e a produção de grãos e oleaginosas<sup>2</sup>. No início dos anos 70 que a produção crescia com a incorporação de novas áreas. A área colhida, num período de 40 anos (1960 a 2000) cresceu 2,5 vezes, já a produção aumentou 12,5 vezes, como demonstra a Figura 1.

A soja tem importância fundamental no quadro de ocupação de áreas temporárias, até 1968, de acordo com dados do IBGE, não se tinha registro da produção de soja em Goiás. Em 1995/96, essa cultura representou 44,8% da área cultivada e 33,7% da produção de grãos de oleaginosas (IBGE, 1997e). O milho se instalou sob a égide da sojicultura tecnificada, pois contribui como rotação de culturas e aproveita a fertilidade do solo, e também, como reflexo do crescimento da suinocultura e avicultura do estado (Farias e Teixeira, 1997). A cultura do milho representou 35,2% da área colhida e 54,1% da produção de grãos de oleaginosas em 1995/96.



<sup>1</sup>Agodão, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo

Fonte: IBGE (1974, 1979, 1984, 1997e)

Figura 1 - Estado de Goiás: Evolução da produção e da área colhida de grãos e oleaginosas<sup>1</sup> - 1960/95.

Rezende (2003) afirma que é importante apontar a inviabilidade histórica da agricultura familiar na região dos cerrados, lado a lado com a formação da grande propriedade territorial – única compatível com a pecuária extensiva associada à agricultura itinerante, de baixa produtividade -, facilitou a rápida adoção, pela agricultura regional, do novo padrão tecnológico, caracterizado pela produção em grande escala. Os pontos negativos a ser observados estão na diminuição sensível da mão-de-obra ocupada e a concentração fundiária. Com respeito ao pessoal ocupado, em 1980 a agropecuária chegou a empregar quase 800 mil pessoas, caindo para cerca de 471 mil em 1995/96 (IBGE, 1984 E 1997e), uma queda de mais de 40%, provocando um êxodo rural bastante acentuado nos anos 80, contingente que não foi incorporado aos empregos urbanos. A distribuição relativa do emprego, segundo a atividade, também caiu, em 1970, o setor primário ocupava 60,5% da População Economicamente Ativa (PEA) e em 1990,

<sup>2</sup>Considerando algodão, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

este ocupava 25,4% (Estevan, 1997). E essa tendência sofreu uma pequena queda, pois a cada 5 empregos, 1 está na agricultura (Basaldi, 1999).

O outro ponto negativo seria a estrutura fundiária. Entre 1970 a 1980, a área média dos estabelecimentos passou de 246 ha para 311 ha, um aumento de 26% (Tabela 1), evidenciando um processo de concentração. Mas, em 1985, observa-se uma diminuição desta área, e volta a crescer em 1995/96. Esse processo provoca a exclusão/extinção ou a incorporação das pequenas propriedades pelas maiores, tendo em vista que se tornou muito caro produzir, em função do nível de tecnificação, na compra de insumos industriais e maquinários (Teixeira, 1999).

### 3. O contexto sócio-econômico do estado de Goiás: emprego, distribuição de renda e pobreza

O estado de Goiás é predominantemente agrícola, tendo segundo divisão do Produto Interno Bruto - PIB (Seplan, 1998), como principais atividades econômicas agropecuárias 25%; serviços 36% (na sua maioria voltados para agropecuária); indústria 15% (a maioria voltada para agroindústria) e 24% outros (administração, governo, transportes, etc.).

Segundo o relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo IPEA (1996 e 2003), classifica o estado de Goiás, no conjunto do país, em 13º lugar de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o último colocado na região Centro-Oeste. Por outro lado, o mesmo relatório situa o estado de Goiás na 12ª posição no *ranking* nacional do PIB *per capita*, em 15ª segundo a esperança de vida, em 9ª colocação quanto à escolaridade e em 16º lugar quanto à condição da mulher goiana. O IDH<sup>3</sup> de Goiás evoluiu sensivelmente em 20 anos, em 1970, o índice era 0,431 (entre baixo e médio), em 1980 foi 0,635 (médio) e em 1996, 0,786 (entre médio e alto) (Tabela 2).

Tabela 2. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Goiás nos anos de 1970, 1980 e 1991.

Item/Ano	1970	1980	1991	1996	2000
Esperança de vida (em anos)	52,28	61,80	68,60	68,60	69,70
Alfabetização de adultos (em %)	64,40	74,00	86,80	86,80	89,30
Taxa de matrículas nos 3 níveis escolares (em %)	48,90	66,50	82,57	86,80	87,50
PIB per capita (em R\$ constantes)	1.157	2.218	3.013	3.385	4.316
Índice de Desenvolvimento Humano	0,431	0,635	0,707	0,786	0,776

Fonte: IPEA (1996 e 2003)

Este mesmo relatório (IPEA, 1996) aponta que o estado de Goiás, em 1990, abrigava cerca de 5,9% e 24,8% dos pobres do país e da região, respectivamente, perfazendo um total de 2,47 milhões de pessoas.

<sup>3</sup> O IDH tem como ponto de partida a idéia de que, embora o desenvolvimento humano seja um processo no qual se ampliam as oportunidades do ser humano, três condições essenciais estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento, sem as quais as demais alternativas e oportunidades não são acessíveis: longevidade, nível educacional e acesso a recursos (IPEA, 1996).

Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD (IBGE, 1993, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 1998, 1999 e 2000), para os anos 1992, 93, 95 a 99 (Tabela 3), percebe-se que houve uma redução significativa, até 96, não só em proporção, mas também em contingente de família vivendo em domicílios com rendimento familiar de até 1 salário mínimo (SM), de pobreza absoluta de acordo com Pochmann (2003).

Tabela 3. Famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar, por estrato de salário mínimo (SM) e situação do domicílio, no Estado de Goiás nos anos de 1992 a 1999.

Classes de Rendimentos	Total de famílias	%	Famílias Urbanas	%	Famílias Rurais	%
<b>Até 1 SM</b>						
1992	179.502	15,9	115.146	12,9	64.356	27,2
1993	159.810	13,8	111.668	12,2	48.142	19,9
1995	137.529	11,2	96.997	9,9	40.262	16,5
1996	118.037	9,2	82.365	8,0	36.672	15,3
1997	144.896	10,6	100.983	9,1	43.913	16,7
1998	150.292	10,5	112.962	9,7	37.330	13,7
1999	159.209	10,8	118.827	9,9	40.382	14,5
<b>Até 2 SM</b>						
1992	474.151	42,1	330.295	37,1	143.856	60,7
1993	413.251	35,7	291.433	31,8	153.648	47,0
1995	389.206	31,7	271.468	27,6	117.738	48,4
1996	330.757	25,9	220.279	21,3	108.478	45,2
1997	387.553	28,2	273.435	24,6	114.118	43,4
1998	450.215	31,4	314.324	27,1	135.891	50,0
1999	451.472	30,6	320.073	26,7	131.404	47,3
<b>Mais de 2 a 5 SM</b>						
1992	383.290	34,0	319.880	35,9	63.410	26,8
1993	400.145	34,6	324.486	35,4	75.659	31,3
1995	413.621	33,7	330.346	33,6	83.275	34,2
1996	427.987	33,5	349.400	33,7	78.587	32,7
1997	492.396	35,8	395.267	35,6	97.129	36,9
1998	493.104	34,4	406.330	35,0	86.768	31,9
1999	529.917	35,9	463.055	38,6	66.862	24,0
<b>Mais de 5 SM</b>						
1992	228.083	20,3	207.580	23,3	20.503	8,6
1993	278.667	24,1	246.572	26,9	32.095	13,3
1995	366.640	29,9	337.052	34,3	29.588	12,2
1996	445.678	34,9	406.231	39,2	39.447	16,4
1997	424.124	30,9	384.691	34,6	39.433	15,0
1998	424.665	29,6	395.198	34,0	29.467	10,8
1999	424.330	28,7	388.913	32,4	35.417	12,7
<b>Sem Rendimento</b>						
1992	28.391	2,5	23.026	2,6	5.365	2,3
1993	29.796	2,6	25.866	2,8	3.930	1,6
1995	40.566	3,3	31.416	3,2	9.150	3,7
1996	52.071	4,1	44.178	4,3	7.893	3,3
1997	51.933	3,8	41.034	3,7	10.899	4,1
1998	54.017	3,8	37.322	3,2	16.695	6,1
1999	55.938	3,8	44.353	3,7	11.585	4,2

Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000)

Esse contingente passou de 15,9% (cerca de 180 mil famílias) em 1992, para 13,8% (159 mil) em 93, para 11,1% (137,2 mil) em 95, 9,2% (118,0 mil) em 96. Os dados de 1997 mostraram uma reversão nesta queda, voltando a subir tanto no número de contingentes como na proporção e estabilizando em 98 e 99 com pouco mais de 10% do total de famílias. Significativamente, neste estrato, a maior redução ocorreu na área rural, que detinha 27,6% das famílias (64 mil) com até um 1 salário mínimo de rendimento familiar em 1992, passou para 19,9% (480 mil famílias) em 93, 16,5% (40 mil) em 95 e 15,3% (36 mil famílias) em 96, mas que terminou a década com 14,5% (40 mil) em 99.

Igualmente, no intervalo de até 2 salários mínimos houve reduções proporcionais e absolutas, tanto para o conjunto das famílias, como para as famílias urbanas e rurais. Para as famílias rurais percebe-se uma queda acentuada na proporção (passou de 60,7% em 1992, para 47,3% em 93, 48,3% em 99), mas com incremento em seu contingente, de 1992, com quase 144 mil famílias, para 156,6 mil em 93. Entretanto, os anos de 1995 e 96 exibiram uma considerável queda no número de famílias com esses rendimentos (117 e 108 mil famílias respectivamente) e voltando a elevar-se, em 97, com pouco mais de 114 mil famílias mantendo o crescimento nos dois anos seguintes. Em contrapartida, essas famílias aumentaram sua participação, com exceção de 1996, no intervalo de renda situada entre 2 a 5 salários mínimos, passando de 26,8% (63,4 mil famílias) em 1992, para 31,3% (75,6 mil) em 93, 34,2% (83 mil) em 95, 32,7% (78,5 mil) em 96, 36,9% (97,1 mil) em 97, 31,9% (86,7 mil) em 98 e caindo para 24,0% (66,8 mil) em 99. (IBGE, 1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000).

Em relação às famílias sem rendimentos, de acordo com IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000) observa-se um aumento de contingente com o passar dos anos. Esse contingente passou de cerca de 28 mil famílias em 1992, para cerca de 56 mil em 1999, com um acréscimo de 97%, evidenciando que houve exclusões durante o Plano Real a partir de 1994. O aumento de famílias sem rendimentos foi maior para o meio rural, com 115,9% de decréscimo contra 92% do meio urbano.

A economia brasileira vem passando por profundas alterações provocadas por programas de reajuste estrutural, via Plano Real, e sua adequação à novas normas liberalizadas do comércio internacional. Esta reestruturação baseada na necessidade de aumentar a competitividade da atividade produtiva tem provocado a quebra de empresas de todos os tamanhos, reduzindo o número de empregos disponíveis, aumentando o desemprego e a atividade econômica informal (Teixeira, 1999). Essa situação é agravada pela continuidade do rápido processo de expulsão/migração em direção às cidades de médio e grande porte, que não possuem a infraestrutura urbana (água, esgoto, habitação, etc). social (educação e saúde) e econômica (oportunidades de emprego, abastecimento alimentar, etc) para absorvê-las e prover-lhes condições dignas de vida.

Na estrutura fundiária da agropecuária goiana, os estabelecimentos de até 100 ha de área, representam 60,5% do total dos estabelecimentos e detém, somente, 9,1% da área total e são responsáveis por apenas 14,9% das receitas geradas na agropecuária em 1995/96 e 48,3% do pessoal ocupado na agropecuária (IBGE, 1998). Portanto, é nítido o processo de exclusão e de pauperização desta parcela de agricultores, que ficou à margem do processo de modernização do setor agropecuário estadual, formada basicamente de agricultores familiares. Essa conjuntura não

favorece a estes pequenos produtores, que têm a sua situação agravada em função da situação econômica que inviabiliza qualquer possibilidade de produção devido a uma série de entraves, que vão desde a escassez de recursos produtivos, dificuldades de acesso a créditos, a existência de problemas de educação até a deficiência na absorção de tecnologias, induzindo ao abandono da atividade rural ou procura de alternativas nas cidades, aumentando o contingente de miseráveis.

#### **4. Distribuição de renda e pobreza rural no estado de Goiás**

A partir de meados da década de 60 ocorreu na agricultura brasileira a consolidação de um conjunto de transformações conhecidas sob a designação de “modernização”. Há um aprofundamento das relações intersetoriais, com o uso crescente, na agropecuária, dos insumos modernos, produzidos industrialmente, como tratores, adubos químicos inseticidas, fungicidas e herbicidas. Ao mesmo tempo cresce a importância relativa da produção agrícola destinada às agroindústrias (Graziano da Silva, 1996).

Hoffmann e Kageyama (1985) afirmaram que o processo de modernização da agricultura brasileira está associado a um aumento do rendimento médio e a uma desigualdade da distribuição de renda decorrendo daí a correlação positiva entre rendimento médio e desigualdade.

A modernização tecnológica é acompanhada por uma modernização das relações de produção, com o crescimento da importância relativa das classes típicas do sistema capitalista de produção: empregados e empregadores (Estevan, 1997). Apesar do desempenho favorável da agricultura quanto ao produto *per capita* e da redução da pobreza absoluta persistem questões estruturais “não resolvidas”, entre as quais se destacam a concentração fundiária e a concentração da renda (Hoffmann, 1990). Por causa disso alguns autores referem-se, à “modernização conservadora” da agricultura brasileira.

Hoffmann (1990) estudando a distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira, utilizando dados do Censo Demográfico de 1980 do IBGE, no estado de Goiás apresentou-se um rendimento médio familiar *per capita* de 0,620 salários mínimos e a mediana superior de ½ salário mínimo, das pessoas residentes no meio rural, com atividade principal na agropecuária e extração vegetal (Tabela 4).

Um dado que chama atenção na Tabela 4 é a porcentagem da renda recebida pelos 10 mais ricos, em torno de 52% do total produzido, caracterizando uma concentração de renda maior que a do Brasil, em 1980. Nesse ano havia 5.405 famílias com 18.345 pessoas, cujo rendimento *per capita* supera 5 salários mínimos, esse estrato inclui apenas 1,1% da população, mas se apropria de 23,2% da renda total (Hoffmann 1994).

As medidas da pobreza também foram estudadas por Hoffman (1990), com base na distribuição de renda entre as pessoas de família cujo chefe tem atividade principal na

agropecuária. Além da proporção de pobres<sup>4</sup> (H), da razão de insuficiência de renda<sup>5</sup> (I) e do índice de pobreza de Sen<sup>6</sup> (P), é apresentado o valor da relação percentual entre a insuficiência e a renda total (r). Adotou-se uma linha de pobreza de ¼ de salário mínimo per capita. Assim, verifica-se que no estado de Goiás, 43,6% das pessoas do meio rural são pobres, o rendimento médio dos pobres é 37,8 menor que a linha de pobreza e o índice de pobreza de Sen é igual a 0,224, além de serem necessários redistribuir 6,6% da renda total das famílias consideradas para eliminar a pobreza.

Tabela 4. Rendimento familiar *per capita* para as famílias residentes em domicílios rurais particulares, cujo chefe tem atividade principal na agropecuária e extração vegetal, no Estado de Goiás em 1980.

Local	m	D	G	50 <sup>-</sup>	10 <sup>+</sup>	5 <sup>+</sup>
Goiás	0,620	0,294	0,605	13,7	52,0	40,8
Brasil	0,493	0,244	0,596	14,0	50,2	39,3

Fonte: Hoffmann (1990)

Notas: m = Rendimento familiar *per capita* médio, em Salários Mínimos;  
 D = Rendimento familiar *per capita* mediano, em Salários Mínimos;  
 G = Índice de Gini;  
 50<sup>-</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 50% mais pobres;  
 10<sup>+</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 10 % mais ricos;  
 5<sup>+</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 5% mais ricos.

Os censos demográficos de 1970 e 1980 foram analisados por Hoffmann (1994), concluindo que houve um extraordinário aumento da desigualdade da distribuição de renda e crescimento do rendimento médio para as pessoas economicamente ativas na agricultura, ao longo da década de 70 (Tabela 5).

De acordo com a Tabela 5, verifica-se que 9,7% das pessoas ocupadas na agricultura de Goiás, com declaração de rendimento em 1970, afirmaram que não tinham rendimento algum, em 1980, essa proporção diminuiu para 5,6%. Trata-se em geral, dos membros não remunerados da família de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, Hoffman (1994) afirma que a inclusão nos cálculos dessas pessoas contribuiu para superestimar a desigualdade da distribuição, pois, na realidade, elas participam do rendimento que ajudam a produzir.

Observa-se que, na Tabela 5, entre 1970 e 1980, o rendimento médio das pessoas economicamente ativas na agricultura de Goiás, incluindo as pessoas sem rendimento, cresce 138%, ao passo que o rendimento mediano cresce 63%. Hoffmann (1994) afirma que assim amplia-se a distância entre média e mediana, mostrando o aumento do grau de assimetria da distribuição da renda, que está geralmente associado a um crescimento da desigualdade. O índice

<sup>4</sup> A proporção de pobres (H) é um indicador da incidência ou extensão da pobreza da população, sendo insensível a variações na intensidade da pobreza, uma vez que o H não é afetado se renda do pobres for reduzida (Hoffmann 1990)

<sup>5</sup> A insuficiência de renda (I) mostra em quanto deveria crescer a renda de um pobre para atingir a linha de pobreza (Hoffmann 1990).

<sup>6</sup> Índice de Pobreza de Sen (P) é uma combinação entre a proporção de pobres (H) e a insuficiência de renda (I), afetado pela extensão da pobreza (número de pobres) e pela intensidade da pobreza (Hoffmann 1990).

de Gini<sup>7</sup> cresce de 0,439, em 1970, para 0,582, em 1980. Hoffmann (1994) observa ainda que o crescimento dos indicadores de desigualdade é ainda mais intenso quando as pessoas ativas sem rendimento são excluídas: a participação dos 50% mais pobres na renda total cai de 26,3% para 17,4%, a participação dos 10% mais ricos aumenta de 32,2% para 50% (Tabela 5).

Tabela 5. Características da distribuição de renda entre as pessoas economicamente ativas na agricultura, no Estado de Goiás, em 1970 e 1980, incluindo e excluindo as pessoas ativas sem rendimento.

Estatística	Inclusive pessoas sem rendimentos		Exclusive pessoas sem rendimentos	
	1970	1980	1970	1980
% sem rendimentos	9,7	5,6	-	-
Rendimento médio(em SM) <sup>1</sup>	0,80	1,90	0,88	2,01
Rendimento mediano (em SM) <sup>1</sup>	0,60	0,98	0,64	1,01
Índice de Gini	0,439	0,582	0,378	0,557
Participação na renda total dos	50% mais pobres	22,5	15,9	26,3
	20% mais ricos	48,2	63,7	45,8
	10% mais ricos	34,7	50,9	22,2
	5% mais ricos	25,3	40,3	24,2
Proporção de pobres <sup>2</sup>	0,822	0,521	0,803	0,493
Índice de pobreza Sen <sup>2</sup>	0,515	0,285	0,417	0,213

Fonte: Hoffmann (1994)

<sup>1</sup> Em unidades de valor igual ao maior salário mínimo de agosto de 1980, usando como deflator o índice de custo de vida do DIEESE.

<sup>2</sup> Adotando uma linha de pobreza com valor real igual ao maior salário mínimo de agosto de 1980.

<sup>3</sup> SM= salários mínimos

No período 1970-80, apesar do aumento de desigualdade, houve substancial diminuição da pobreza absoluta na agricultura em Goiás. De acordo com Hoffmann (1994), adotando uma linha de pobreza com valor igual ao maior salário mínimo vigente de agosto de 1980 e incluindo as pessoas sem rendimento, a proporção de pobres diminui de 82,2%, em 1970, para 52,1%, em 1980, e o índice de pobreza de Sen, que leva consideração tanto a extensão como a intensidade da pobreza, diminui de 0,515 para 0,285. Excluindo as pessoas sem rendimento, a proporção de pobres diminui de 80,3% em 1970, para 49,3%, em 1980, e o índice de Sen diminui de 0,417 para 0,213 (Tabela 5).

Os dados do ano de 1990 foi estudado por Hoffmann (1994) através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE, analisando somente as pessoas cujo rendimento de todos os trabalhos é positivo, correspondendo a 462.104 pessoas na população, ou seja, 85,8% das pessoas ocupadas na atividade agrícola e 30,2% da população residente no campo.

A Tabela 6 mostra a distribuição dessas pessoas em 4 categorias de posição na ocupação: empregados (incluindo parceiros empregados), trabalhadores volantes (com ou sem

<sup>7</sup> Índice de Gini mostra a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais concentrada está a renda (Hoffmann 1990).

intermediário), conta-própria (incluindo parceiros conta-própria) e empregadores (incluindo parceiros empregadores).

Os dados mostram que a categoria mais numerosa é a dos empregados (Tabela 6). Agregando-se empregados e trabalhadores volantes em uma categoria de assalariados, Hoffmann (1994) verificou que com eles constituem 55,9% do total de pessoas ocupadas na agricultura em Goiás em 1990, mas recebem apenas 20,6% do rendimento total declarado. No outro extremo, tem-se os empregadores, que representam 12,3% das pessoas ocupadas e se apropriam de 55,1% do rendimento total. O rendimento médio de um empregador é mais de 11 vezes maior do que de um empregado e mais de 15 vezes do que o rendimento médio de trabalhador volante.

A Tabela 6 mostra, também, duas medidas de pobreza absoluta para cada categoria, adotando uma linha de pobreza com valor igual ao salário mínimo de agosto de 1980. Verifica-se que 71% dos empregados e 87% dos volantes têm rendimento de todos os trabalhos abaixo dessa linha de pobreza. Para os contas-próprias, essa proporção é quase 53%, Já entre os empregadores, como seria de se esperar a proporção de pobres é muito menor, 7%.

Para Hoffmann (1994), o rendimento mensal de todos os trabalhos de uma pessoa depende, obviamente, do tempo de trabalho, e verificou que o número médio de horas de trabalho por semana não varia entre as categorias: 57, 5 para os empregados, 52,5 para os trabalhadores volantes, 52,8 para conta-própria e 54,3 para empregadores.

Tabela 6. Distribuição do rendimento de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas na agricultura, para 4 categorias de posição na ocupação, no Estado de Goiás, em 1990.

Estatística	Categoria				Total
	Empregado	Trabalhador volante	Conta-Própria	Empregador	
Nº de pessoas <sup>1</sup>	196.590	61.860	146.797	56.857	462.104
% de pessoas <sup>1</sup>	42,5	13,4	31,8	12,3	100,0
Rendimento Médio <sup>2</sup> (em SM) <sup>3</sup>	0,93	0,69	1,81	10,61	2,37
Rendimento Mediano (em SM) <sup>3</sup>	0,72	0,60	0,90	4,52	0,86
Proporção de Pobres (H) <sup>4</sup>	0,711	0,870	0,528	0,071	0,595
Índice de Sen <sup>4</sup>	0,367	0,508	0,303	0,022	0,324
Índice de Gini	0,356	0,338	0,562	0,649	0,682
50 <sup>-</sup> pobres <sup>5</sup>	26,6	27,8	14,8	11,2	11,0
10 <sup>+</sup> ricos	29,0	26,9	36,0	55,6	62,1
5 <sup>+</sup> ricos	19,4	17,8	33,9	45,8	50,3

Fonte: Hoffman (1994)

<sup>1</sup> Excluídas as pessoas sem rendimento de todos os trabalhos

<sup>2</sup> Em unidades iguais ao valor real do maior salário mínimo de agosto de 1980, de acordo com INPC restrito.

<sup>3</sup> SM = salário mínimo

<sup>4</sup> Adotando uma linha de pobreza com valor igual ao maior salário mínimo de agosto de 1980.

<sup>5</sup> 50<sup>-</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 50% mais pobres;

10<sup>+</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 10% mais ricos;

5<sup>+</sup> = Porcentagem da renda recebida pelos 5% mais ricos.

Poucos são os estudos relacionados com os condicionantes da distribuição de renda de agricultura de Goiás. Guedes (1992) verificou as relações entre a distribuição da renda, o processo de modernização e a estrutura fundiária. De acordo com este autor, a modernização da agricultura em Goiás veio associada ao aumento da concentração da renda, evidenciando uma associação positiva da modernização da agricultura com a desigualdade de distribuição da renda neste setor, isto significa que o desenvolvimento da agricultura goiana possibilitou que os mais ricos se beneficiassem fortemente dos ganhos de produtividade observados no setor. Em geral, as microrregiões do estado de Goiás com maior grau de modernização de sua agricultura apresentam maior desigualdade na distribuição da renda.

Por sua vez, Hoffmann (1994) também estudou a importância relativa de vários condicionantes do rendimento das pessoas ocupadas na agricultura em Goiás. Foram considerados fatores condicionantes: sexo, idade, escolaridade e posição na ocupação (empregado, empregador, trabalhador volante e conta-própria). Destacou-se entre eles a posição na ocupação como a principal condicionante do rendimento. Segundo o autor, isto mostra a relevância do conceito de classes sociais em uma análise de distribuição de renda na agricultura, pois a posse de meios de produção, como no caso dos empregadores, é fundamental para está acima das outras categorias. Verificou-se ainda que, o rendimento do empregador tende a ser 4,3 vezes maior do que o empregado e quando incluído os demais fatores - sexo, idade e escolaridade, o rendimento médio dos empregadores tende a ser 11,9 vezes maior que o rendimento médio dos empregados. Também o rendimento tende a aumentar com a idade e a escolaridade para todas as categorias.

Os determinantes de desigualdade da distribuição de renda no Brasil no meio rural foram estudados por Hoffmann (1991), afirmando que uma das causas principais da renda está concentrada se deve ao sistema econômico vigente. Ainda segundo o autor, no capitalismo, tipicamente, a propriedade dos meios de produção (incluindo a terra) está concentrada nas mãos de uma minoria, possibilitando auferir rendimentos, muitas vezes elevados, que estão associados com o valor do capital controlado, e não com o trabalho executado, desta forma associa-se a desigualdade da distribuição da renda com a distribuição da posse da terra.

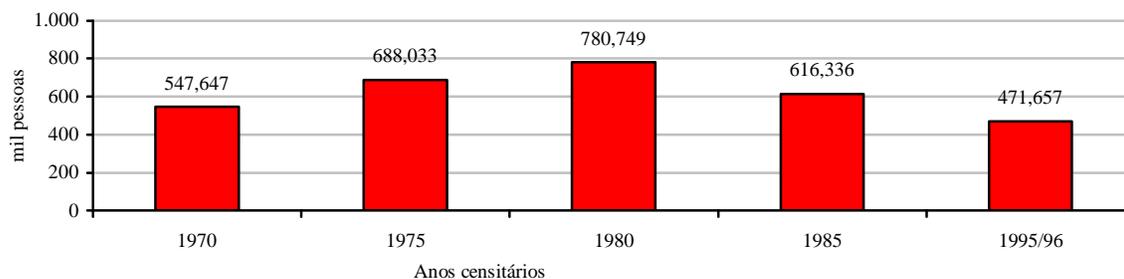
## **5. Leitura da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE de 1990 a 1999**

As Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) constituem hoje a única fonte de dados agregados para o país e estados da federação, sobre o emprego agrícola (Graziano da Silva *et al.*, 1999).

As informações disponíveis têm mostrado uma tendência de queda do emprego agrícola durante os anos 90, quando considerado o seu nível global, e de acordo com Graziano da Silva *et al.* (1999) podem ocorrer pequenas variações positivas em função da substituição das lavouras tradicionais por novas atividades agropecuárias altamente intensivas de trabalho especializado.

A tendência de queda do pessoal ocupado na zona rural pode ser observada quando se compara os dados dos censos agrícolas de 1970, 75, 80, 85 e 95/96. Em 1980 havia cerca de 780

mil pessoas ocupadas, quinze anos depois, o contingente ocupado não a chega a 472 mil pessoas, representado uma queda de cerca de 40% (Figura 2).



Fonte: IBGE (1979,1984,1990, 1997e)

Figura 2 - Pessoal ocupado as atividades agropecuárias no Estado de Goiás nos anos 1970, 1975 1980, 1985 e 1995/96 ( em mil pessoas)

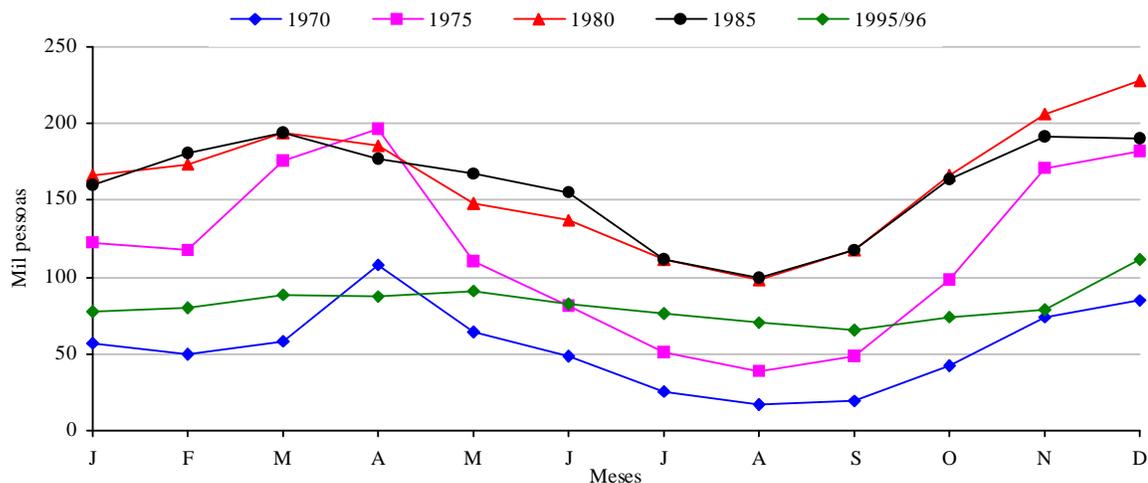
A modernização do setor agropecuário, em Goiás, provocou mudanças profundas no trabalho agrícola, mudando o perfil exigido do trabalhador - deve ser especializado, reduzindo postos de trabalho pela incorporação de tecnologias intensivas em capital, pela adoção da mecanização em áreas de produção de grãos e oleaginosas, o que modificou o padrão da sazonalidade da demanda por força de trabalho no campo (Figura 3).

Os dados do Censo Agropecuário de 95/95 ajudam a mostrar que a especialização produtiva de Goiás, é baseada em grãos e pecuária. No Censo Agrícola 1995/96, 75,2% da área total dos estabelecimentos estava sendo utilizada pelas pastagens naturais e cultivadas. As culturas temporárias e permanentes ocupavam 7,9%, sendo que praticamente 90% desta área era destinada ao cultivo de grãos e oleaginosas (IBGE 1998). Ainda de acordo com essa fonte, as principais atividades empregadoras de mão-de-obra foram a pecuária e as lavouras temporárias. Do total das pessoas ocupadas no estado, 471.657, 96,2% estavam nestas atividades, sendo que a pecuária, isoladamente, era responsável por 67% do total. Dentro da atividade pecuária, o destaque em termos de ocupação da mão-de-obra é a bovinocultura de corte e leite, sendo que o estado de Goiás ocupa o segundo lugar como produtor de leite do país.

Nas lavouras temporárias, de acordo com a Fundação Seade (1998), as culturas de milho e soja respondem por 77% da área total cultivada e demandam 57% da mão-de-obra total das culturas. Acrescentando-se as culturas de algodão e do arroz, estas participações sobem para 87% e 74%, respectivamente. Com mais duas culturas, consideradas importantes, o feijão e a cana-de-açúcar, esse conjunto é responsável por 96% da área cultivada e por 87% da demanda da mão-de-obra agrícola. São culturas altamente mecanizadas e, portanto, pouco empregadoras por unidade de área.

Esta constatação, segundo Graziano da Silva *et al.* (1999), associada à tendência de mecanização da colheita de algumas destas principais culturas demandadoras de mão-de-obra, deve acarretar sensível queda no nível global de emprego agrícola, bem como possíveis problemas sociais em várias regiões produtoras decorrentes da dispensa de muitos trabalhadores rurais destas atividades. Portanto, ao mecanizar todo o ciclo produtivo de grandes culturas, as atividades agrícolas deverão apresentar uma menor sazonalidade do emprego durante o ano, mas

o nível absoluto do emprego agrícola ficará num patamar significativamente mais baixo do que atualmente observado.

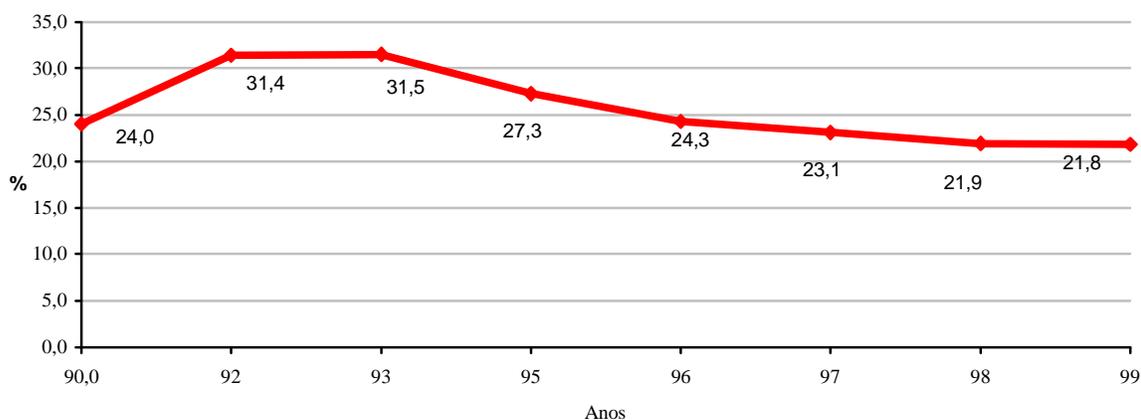


Fonte: IBGE (1974, 1979, 1984, 1990, 1997e)

Figura 5 - Empregados temporários por meses de emprego na agropecuária, no Estado de Goiás em 1970, 1975, 1980, 185 e 1995/96.

Rezende (2003) afirma que em função do relevo mais plano e das boas características físicas do solo, o preparo de solo mecânico é mais barato e mais adequado com máquinas, aliado a isso o preço baixo da terra, a produção em grande escala se torna mais competitiva no cerrado (custo unitário menos) *vis-à-vis* produção em pequena escala.

Apesar da demanda por mão-de-obra está em declínio, ainda é importante, pois de quatro pessoas ocupadas no estado de Goiás, uma está na atividade agrícola, segundo os dados da PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE 1993, 1997abcd, 1998, 1999 e 2000), ao longo dos anos 90. A queda da demanda chegou a quase 25%, pois em 1992 e 1993 as atividades agrícolas demandaram um terço da mão-de-obra total (Figura 4).



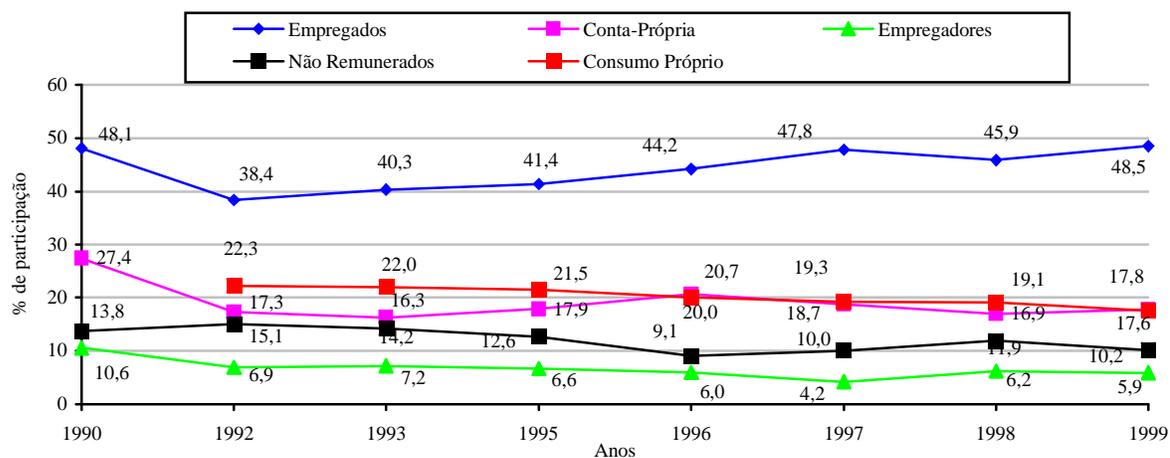
Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999 e 2000).

Figura 4-Percentual da mão-de-obra ocupada que trabalham em atividades agrícolas no Estado de Goiás em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

A População Economicamente Ativa (PEA) rural ocupada, entre 1992 e 1999 apresentou uma queda de -1,2% ao ano, sendo que o principal determinante deste comportamento foi o significativo decréscimo da PEA rural agrícola (-5,0% ao ano), já que a PEA rural não agrícola vem crescendo a taxas elevadas no estado de Goiás (Basaldi 1999).

Através da Figura 5 observa-se a heterogeneidade de que revestem as relações de trabalho na agricultura goiana, quase um quinto (19,3% em 1997) das pessoas economicamente ativas com 10 anos e mais, que declararam estar ocupadas em atividades agrícolas, dedicavam-se exclusivamente a atividades de auto-consumo. Pouco mais de 10%, no mesmo ano, eram pessoas em atividades não remuneradas, e 18,7% são trabalhadores por conta-própria. Houve uma tendência de queda dos trabalhadores não remunerados, trabalhadores para consumo próprio e de empregadores, ao longo dos anos 90.

Rezende (2003) lembra que não se deve esquecer, que de uma maneira geral, o uso de mecanização agrícola na agricultura brasileira tem sua rentabilidade distorcida em função dos altos custos da mão-de-obra assalariada no campo, fruto da legislação trabalhista e da elevada carga tributária que incide sobre a folha de pagamento. Esse problema de absorção de mão-de-obra na agricultura, causando por essas políticas públicas não-agrícolas torna-se particularmente agudo no cerrado, em face da forte sazonalidade da agricultura regional. Acredita ainda, que uma flexibilização da legislação trabalhista e uma redução da carga tributária que incide sobre a mão-de-obra, se tornando a solução deste problema mais complicada que no meio urbano, pois seria necessário encontrar uma fórmula que tanto permita ao empregador não ter que manter o empregado no período morto, quando realmente não precisa dele, quanto encontrar trabalho agrícola alternativo na região do cerrado para esse empregado durante o período seco.



Fonte IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999 e 2000)

Figura 7- Percentual de participação das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na atividade agrícola por posição de ocupação no Estado de Goiás, em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Os primeiros anos da década de 90 foram marcados por uma profunda recessão econômica, como mostra a Tabela 7, entre 1990 e 1992, o período mais agudo da recessão Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 2, nº 1, JAN/JUN-2006.

observa-se uma queda generalizada nos rendimentos médios das pessoas economicamente ativas, com uma ligeira recuperação em 1993, tanto para os trabalhadores do setor urbano como do rural (Lavinias *et al.* 1997).

Apesar da tendência de elavação da renda média, ao longo dos anos 90, não foi possível recuperar o poder aquisitivo de 1990, observa-se que são os maiores valores, e, termos de salários mínimos. Há uma diferença em torno de 50% entre a renda média dos trabalhadores urbanos e rurais (Tabela 7).

Tabela 7. Renda média para as pessoas economicamente ativas ocupadas total e por situação de domicílio, no Estado de Goiás, em salários mínimos, em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996 e 1997.

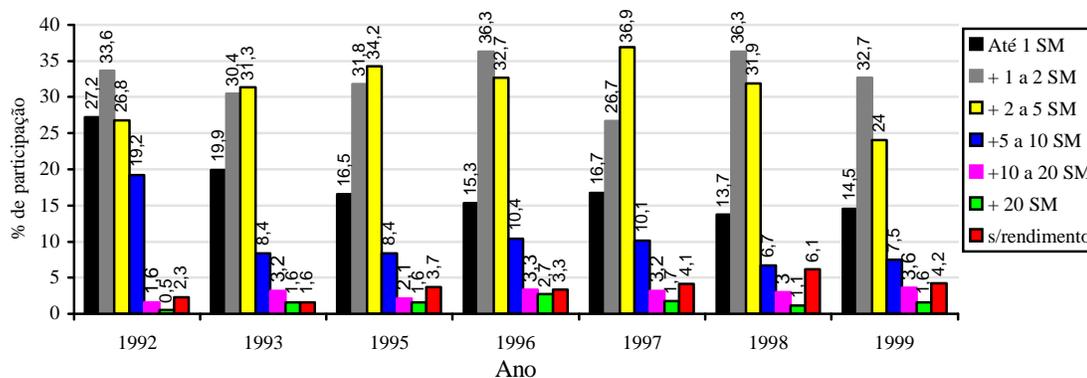
Ano	Total	Urbano	Rural	Salário Mínimo <sup>1</sup>
1990	4,14	4,91	2,25	Cr\$ 6.056,31
1992	2,19	2,78	1,22	Cr\$ 522.186,94
1993	2,64	3,28	1,56	CR\$ 9.606,00
1995	2,93	3,60	1,85	R\$ 100,00
1996	3,48	3,84	2,10	R\$ 112,00
1997	3,50	3,51	1,81	R\$ 120,00
1998	3,10	3,85	1,98	R\$ 130,00
1999	3,08	3,74	2,07	R\$ 136,00

Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999 e 2000)

<sup>1</sup> Em moeda corrente, salário mínimo do mês de setembro de cada ano.

De acordo com os dados da Tabela 7, em 1999, a média dos rendimentos das pessoas ocupadas com domicílio urbano (3,74 SM) é 80,7% mais elevada do que aquelas com domicílio rural (2,07 SM), e esta relação já foi maior em 1992, com 127,9% de diferença a favor dos trabalhadores com domicílio urbano, corroborando com estudos de Hoffmann (1999), quando analisados dados para o Brasil.

Quando se analisa o rendimento médio das famílias com domicílio rural, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE, 1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000), verifica-se uma tendência de diminuição da participação relativa das famílias com até um salário mínimo de renda mensal. Este estrato representava 27,2% do total de família em 1992, caindo para 14,5% em 1999. Os estratos mais representativos são mais de mais de um salários mínimos até cinco salários, que representou 60,4% do total em 1992 caindo para 56,7% em 1999. O estrato de 5 a 10 salários mínimos de renda familiar, pois representavam 19,2% em 1992 caindo para 7,6% em 1999 (Figura 6).



Fonte: IBGE (1997abcd,1998, 1999 e 2000)

Figura 6. Representação percentual das famílias residentes e domicílios particulares, por classe de rendimento médio familiar em salários mínimos (SM) no Estado de Goiás, em 1992, 1993, 1995, 1996 1997.

O perfil da educação no estado de Goiás apresentou melhoria significativa nas últimas décadas. As pessoas de 5 anos ou mais de idade, não alfabetizadas, representavam em 1980, 39,6% da população total (1,187 milhões de pessoas), passando para 21,9% (782 mil) e caindo para 16,9% (675 mil) em 1997 (IBGE, 1993 e 1998). A proporção de pessoas analfabetas, sem instrução alguma entre as pessoas com domicílio rural é quase três vezes maior que quando comparado com as pessoas com domicílios urbanos, apesar desta proporção está em declínio ao longo dos anos 90. Durante a década de 90 observa-se uma queda de quase 70% no percentual das pessoas sem instrução no meio rural, indicando que as políticas educacionais voltadas para esta área tiveram mais sucesso no campo (Tabela 8).

Tabela 8. Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas sem instrução, total e por local de domicílio, no Estado de Goiás, em 1990, 1992, 1993, 1995 1996, 1997, 1998 e 1999 (em %).

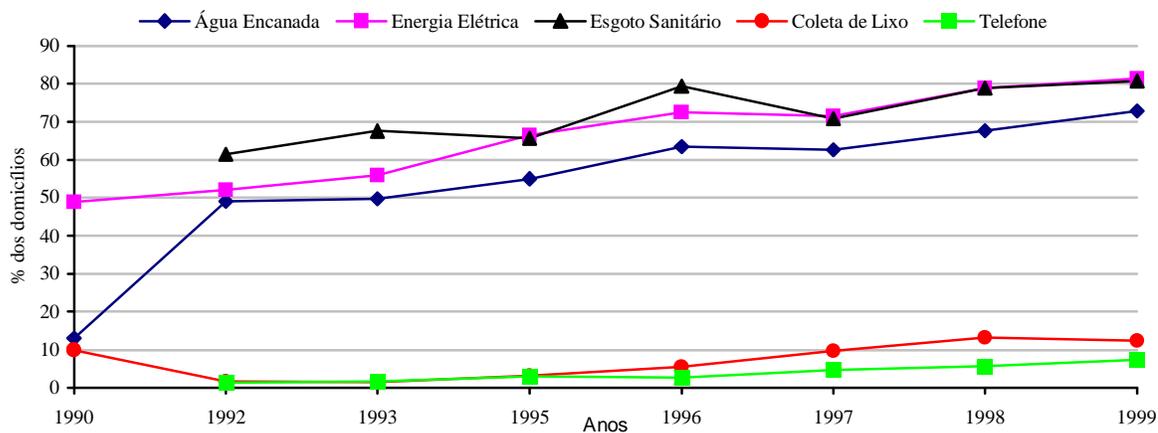
Ano	Total	Urbana	Rural
1990	15,69	10,61	28,61
1992	14,60	11,10	27,52
1993	14,71	11,68	23,55
1995	12,98	9,65	24,09
1996	12,55	9,90	23,05
1997	11,87	8,95	22,90
1998	10,46	7,27	22,85
1999	9,80	7,39	19,57

Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000).

Hoffmann (1997) demonstrou que o efeito da escolaridade dos trabalhadores rurais é sempre positivo, pois se observa que o rendimento é maior em estratos com escolaridades mais elevadas.

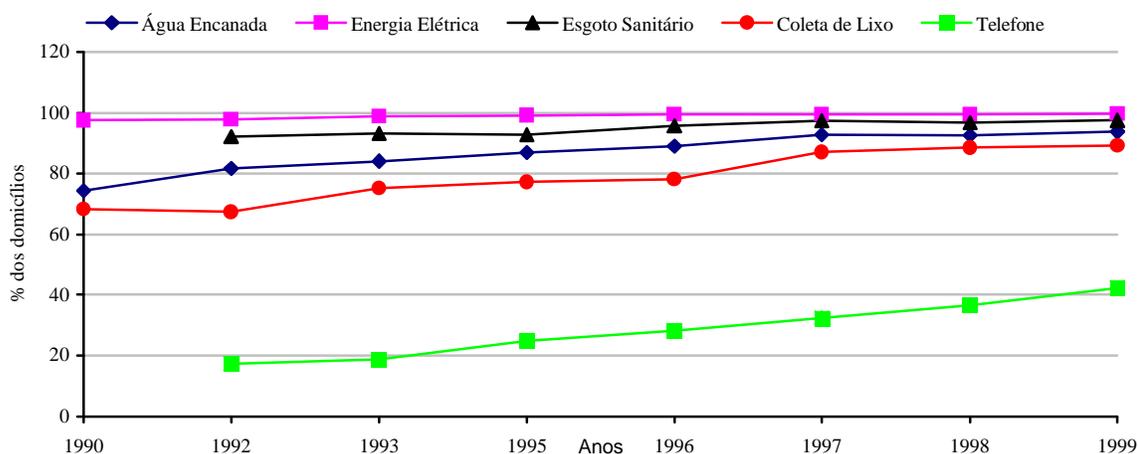
## 6. Qualidade de vida e características domiciliares do setor rural

O grau de desigualdade e pobreza no meio rural em Goiás, podem ser também avaliados pela proporção de domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo, energia elétrica e telefone, no período de 1990 a 1999, através da PNAD (Figuras 9 e 10). Verificam-se nos dados de IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000) uma nítida tendência de aumento desses indicadores, tanto nos domicílios rurais como nos urbanos, em especial os telefones fixos após as privatizações.



Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000)

Figura 9. Percentual de Domicílios Rurais segundo algumas características de infra-estrutura, no Estado de Goiás, em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

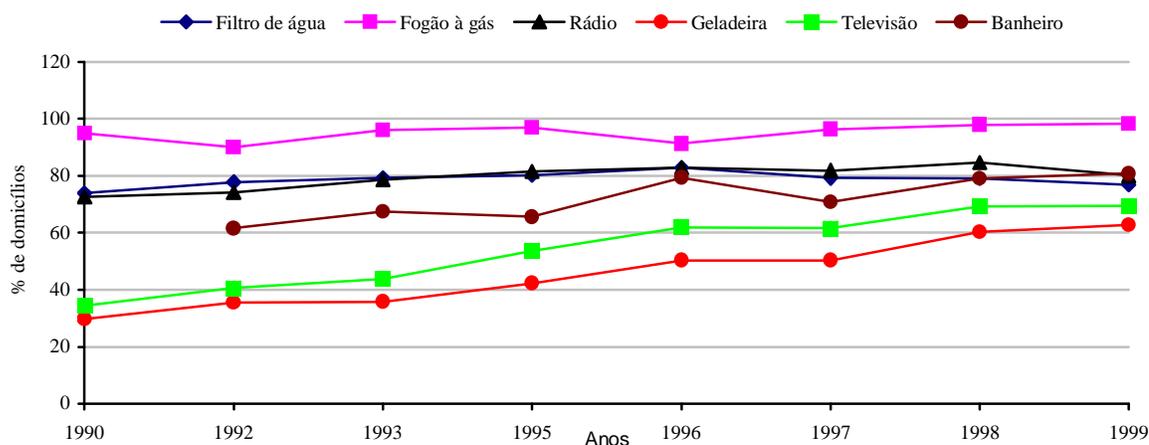


Fonte: IBGE(1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000).

Figura 10. Percentual de Domicílios Urbanos segundo algumas características de infra-estrutura, no Estado de Goiás, em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

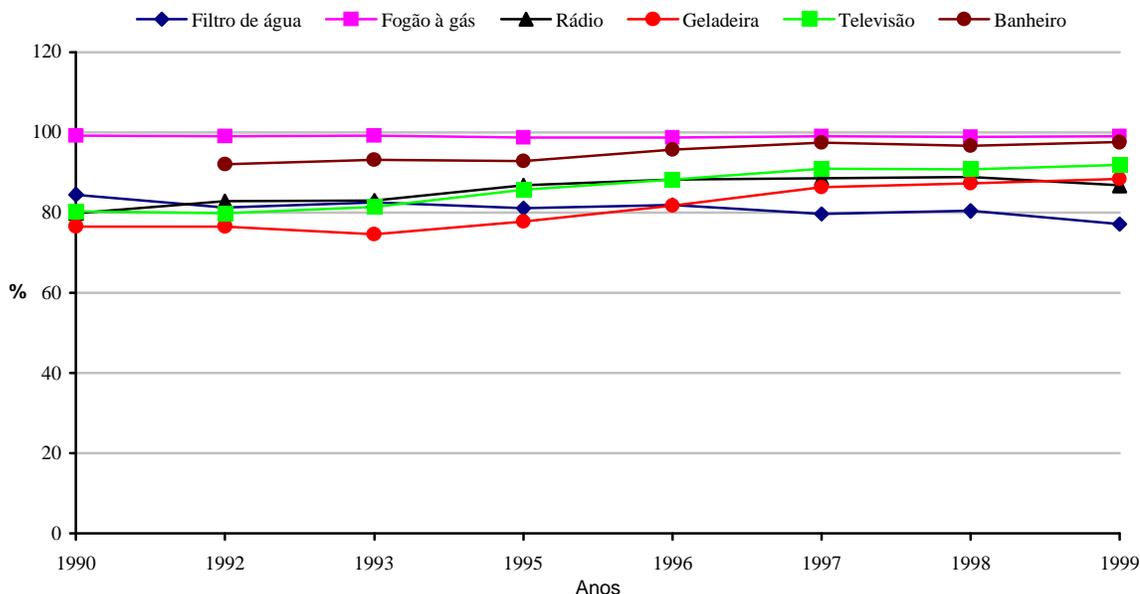
Ainda destaca-se, de acordo com as Figuras 9 e 10, que uma proporção bastante considerável de domicílios rurais não tem uma infra-estrutura básica, o que pode indicar a ausência de investimentos públicos nesse setor. Os destaques são água encanada e energia elétrica, pois o esgotamento sanitário tem percentual alto, pois na pesquisa do IBGE considera-se qualquer tipo de serviço de coleta de esgoto sanitário, não indicando que os mesmos são os ideais. Estes tipos de serviços aliados à coleta de lixo trazem problemas ambientais e de saúde sérios, que não são conduzidos da melhor forma possível.

As Figuras 11 e 12 mostram a proporção de domicílios rurais e urbanos que possuem alguns bens duráveis. A importância desses tipos de indicadores, segundo Gomes (1999), está no fato de não dependerem de um deflator e refletirem algum poder de compra das pessoas residentes nos domicílios. Observa-se que, no geral, houve um aumento dos bens duráveis nos domicílios rurais e urbanos. A proporção de domicílios urbanos, quando analisado o mesmo período, com bens duráveis é superior à proporção de domicílios rurais com bens duráveis. Entretanto, o crescimento percentual de bens duráveis nos domicílios rurais é maior que nos domicílios urbanos (Figuras 11 e 12).



Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000).

Figura 11. Percentual de domicílios rurais segundo algumas características de bens duráveis, no Estado de Goiás, em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.



Fonte: IBGE (1993, 1997abcd,1998, 1999, 2000).

Figura 12. Percentual de domicílios urbanos segundo algumas características de bens duráveis, no Estado de Goiás em 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Kageyama e Rehder (1993) mostraram que a melhor condição de vida da população rural não está associada necessariamente a maiores índices de modernização (medido por indicadores relativos a base técnica da produção agrícola). A variável mais importante detectada pelos autores citados foi o que se poderia chamar de “grau de urbanização do interior”, ou seja, excluída a porcentagem da população urbana que reside na capital e/ou região metropolitana com o objetivo de captar a dispersão da rede urbana no interior dos estados. Os autores acima citados, mostraram também que os estados do Centro-Sul do país as diferenças entre as taxas de urbanização com e sem as capitais tendem a ser bem menores nos estados das regiões norte e nordeste. Os resultados obtidos mostram uma correlação altamente significativa entre o grau de urbanização do interior dos estados e o nível de vida de sua população rural. Segundo os autores *“a extensão da rede urbana no interior dos estados ao levar para essas áreas uma infraestrutura, por mínima que seja, de água, saneamento, eletricidade e comunicação em geral, acaba por beneficiar as áreas rurais próximas”*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em regiões com as características apresentadas para o Estado de Goiás, isto é, produção pecuária e de grãos altamente modernizada e mecanizada, os efeitos sobre o emprego são muito mais favoráveis nos setores a montante e a jusante da agricultura, do que propriamente na produção agropecuária.

O processo de modernização da agricultura corresponde a uma crescente especialização e diferenciação econômica e social dos produtores, provocando a heterogeneidade regional dos

diferentes níveis de modernização efetivados. Como resultado dessa intensificação do processo produtivo, principalmente, entre 1988-95, foi possível produzir muito mais em uma área cultivada significativamente menor, e com menos pessoas empregadas.

Isto é bastante nítido quando se observa, principalmente, o comportamento da produção de grãos e oleaginosas, especialidade de cultivo do estado de Goiás, consideradas atividades tradicionais, que hoje não é mais possível ocupar de forma produtiva todas as pessoas que residem no meio rural goiano. Daí a necessidade de se ter alternativas para manter estas pessoas no campo. Há uma mudança de ocupação das famílias rurais em atividades não-agrícolas no meio rural, pois o trabalho rural não está sendo suficiente para atender a oferta de mão-de-obra no meio rural.

A crítica que se faz, baseada nesse trabalho, é que no Estado de Goiás, a modernização veio associada ao aumento de concentração da renda, com benefícios somente para os detentores dos meios de produção, ou seja, os mais ricos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASALDI, O.V. **Evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural goiano: 1981-97.** Campinas: IE/Unicamp, 1999. 29p.

CONAB. **Indicadores da Agropecuária.** Brasília, Conab/MAA, n.9, 1999. 52p.

CUNHA, A. S. **Uma Avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados.** Brasília, IPEA, Estudos de Política Agrícola nº11, 1994. 256p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1985. 240p.

ESTEVAN, L. A. **O tempo da transformação, estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.** Goiânia: do autor, 1997. 180p.

FNA Mais do que uma política agrícola. **Fórum Nacional da Agricultura,** MAA/IICA, São Paulo, 1998. 97p.

FARIA, M. E. de e TEIXEIRA, S. M. 1997. **Efeitos dos programas de desenvolvimento no setor rural em Goiás.** Goiânia: Emater-GO, 19p. (Documentos, 04).

GOMES, J.M.A. Evolução da desigualdade da distribuição da renda e pobreza no estado do Piauí. **Rev.Econ. do Nordeste,** Fortaleza, REN/BNB, 30(1), 1999. 48-63p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 109p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/Unicamp, 1996. 217p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia-MG, UFU/Unicamp/Embrapa, 1997. 75-118p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: IE/Unicamp, 1999. 19p (mimeo).

GRAZIANO DA SILVA, J.; BASALDI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário.** Campinas: IE/Unicamp, 1999. 15p (mimeo).

GUEDES, L. C. A. **Condicionantes da distribuição de renda na agricultura de Goiás em 1980.** 1992. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola). Escola Superior Luis de Queiroz. Piracicaba, 107p.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. **Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, nº 127, 1990. 3-111p, (Série IPEA).

Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 2, nº 1, JAN/JUN-2006.

- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 145-64p.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza na agricultura de Goiás: 1970-1990. **Rev. Eco. Soc. Rural**, Brasília: SOBER, 32(3), 1994. 237-54p.
- HOFFMANN, R. Ricos e pobres na agricultura brasileira em 1995. **Anais do XXXV Congresso da SOBER** – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Natal: SOBER, 1999. 651-61p.
- HOFFMANN, R e KAGEYAMA, A. Modernização da agricultura e distribuição da renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília: IPEA, 15(1), 1985, 171-208p.
- HOMEM DE MELLO, F. **Prioridade agrícola: sucesso ou fracasso**. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1985. 200p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1960**: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Rio de Janeiro, IBGE, 2(14), 1967. 103p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1970**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 3(23), 1974. 432p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1975**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1(23), 1979. 704p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1980**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2(25), 1984. 800p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1985**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2(23), 1990. 650p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990**: Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 14(3), 1993. 220-63p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992**: Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, 15(32), 1997a. 70p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 16(32), 1997b. 70p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 17(32), 1997c. 116p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 18(32), 1997d. 116p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**: Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, (25), 1997e. 264p.
- IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro, IBGE, 1997f. 695-722p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 19(32), 1998. 116p.
- IBGE **Síntese de Indicadores Sociais 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 205p.
- IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996. 185p.
- JANK, M.S. O que está em jogo na OMC. **Agrofolha. Folha de São Paulo**, 26/01/1999.
- KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.127, 1990. 108-225p.
- KAGEYAMA, A. Pluratividade na agricultura; alguns aspectos conceituais. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro da SOBER**. Poços de Caldas-MG: SOBER, 1998. 555-66p.
- KAGEYAMA, A. e REHDLER, P. 1993. O bem estar rural no Brasil na década de oitenta. **Rev. Econ. e Soc. Rural**, Brasília, SOBER, 31(1), 23-44p.

- LAVINAS, L.; GARCIA, E.H.; AMARAL, M. R. do. **Desigualdades regionais: Indicadores sócio-econômicos nos anos 90.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 36p, Texto para Discussão, 460.
- MARTINE, G. e GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. 186p.
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989. 149p.
- POCHMANN, M. **Pobreza humana: medidas e dimensões no Brasil.** São Paulo: Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade. 2003. 10p (mimeo).
- REZENDE, G. C. Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. In: HELFAND, S. M. e REZENDE, G. C. **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 173-212p.
- REZENDE, G. C. Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Revista de Economia Política.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 19(3), 1989.
- SALLES FILHO, S. L. M. e SILVEIRA, J. M. F. J. 1991. **Relações agricultura/ agroindústria, complexos agroindustriais e a dinâmica concorrencial.** São Paulo: Hucitec, 156p.
- SEADE. **Sensor Rural.** Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, n.7, 1998. 4p.
- SEPLAN. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás 1996.** Goiânia: Sepin/Seplan, 1996. 621p.
- SEPLAN. **Produto Interno Bruto do Estado de Goiás 1996.** Goiânia: Sepin/Seplan, 1998. 13p.
- TEIXEIRA, G. O **Censo agropecuário de 1996:** uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro. Brasília, 1999. 10p.
- VEIGA, J. E. da. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Anais do 18º Encontro Nacional de Economia,** Rio de Janeiro, ANPEC, 1990. 987-1011p.
- UCG . **Goiás em números 1998.** Goiânia, CCN/UCG, 1999. 203 p.